

ALGUNS ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA UMA TEORIA DAS RELAÇÕES ENTRE PENSAMENTOS E AÇÕES

Filipe Lazzeri

Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este trabalho reúne alguns elementos para o exame crítico e a formulação de uma teoria das relações entre pensamentos e ações; em particular, elementos respeitantes aos próprios conceitos de *pensamento* e *ação*. O trabalho está estruturado em três partes, na primeira das quais (i) saliento especificidades das ações e também várias características que elas partilham com outras formas de comportamento (tais como os reflexos). Na segunda parte, (ii) ressalto a diversidade de sentidos que o conceito de pensamento possui e algumas de suas respectivas particularidades e interfaces. Na seção final, (iii) aponto, como corolários de (i) e (ii), alguns equívocos conceituais que devem ser evitados na formulação de uma teoria das relações entre pensamentos e ações.

Palavras-chave: Ação, comportamento, pensamento, análise conceitual.

Abstract: This paper brings together some elements for assessing and framing a theory of the relations between thoughts and actions; in particular, elements related to the very concepts of *thought* and *action*. The work is structured in three parts, in the first of which (i) I highlight some specificities of actions, and several features they share with other forms of behavior (such as reflexes). In the second part, (ii) I draw attention to the diversity of meanings of the concept of thought, their respective particularities and interfaces. The final section (iii) points out some critical corollaries from (i) and (ii), namely, conceptual mistakes that should be avoided in a theory of the relations between thoughts and actions.

Keywords: Action, behavior, thought, conceptual analysis.

Como nossos pensamentos se relacionam com nossas ações? Por exemplo, quando pensamos sobre qual curso de ação tomar, como se relaciona o pensamento que realizamos e o curso de ação tomado? De acordo com a visão mais comum a respeito em filosofia da mente e da ação, falando em linhas gerais, os pensamentos (em combinação com outros tipos de acontecimentos psicológicos, segundo algumas versões) são causas de nossas ações. Os pensamentos são entendidos como não sendo eles próprios comportamentos, mas, antes, como eventos cerebrais (em versões fisicalistas), ou eventos de uma mente de natureza *sui generis* (segundo versões dualistas). No contexto da filosofia da ação, trata-se da chamada teoria causal da ação, tornada proeminente por autores como Davidson (1980) e Goldman (1970).

No contexto da filosofia da mente, tal olhar está em consonância com várias teorias que analisam pensamentos e outros acontecimentos psicológicos com foco no interior do corpo, como, por exemplo, a teoria da identidade de tipos mente-cérebro (ARMSTRONG, 1968, LEWIS, 1983) e o funcionalismo (FODOR, 1968, PUTNAM, 1975), esta última, em sua formulação simbólico-computacional (FODOR, 1975, NEWELL & SIMON, 1961), uma diretriz ontológica na ciência cognitiva padrão (cf., por exemplo, GARDNER, 2003/1987, SHAPIRO, 2011, THAGARD, 1996).

Uma visão diametralmente oposta a essa foi sustentada por autores de variadas vertentes comportamentais, como Kantor e Smith (1975), Baum (2005), Rachlin (2014) e, mais notoriamente, Skinner (1953, 1976/1974), além de por alguns teóricos da mente corporificada (*embodied mind*), em especial enativistas, como Gallagher (2017)¹. Refiro-me à concepção de que *pensar já é agir*. Segundo essa perspectiva (resguardada a qualificação de que ela, como a anterior, se desdobra de variadas maneiras), resumidamente falando, pensamentos são constituídos por comportamentos (nem sempre observáveis na parte exterior do corpo, segundo alguns autores). Desse modo, as relações entre pensamentos e ações são entendidas como de elos, ou concatenamento, entre fenômenos comportamentais, dissolvendo-se a dicotomia entre pensamentos e ações.

O objetivo deste trabalho é reunir alguns elementos para o exame crítico e a formulação de uma teoria das relações entre pensamentos e ações; em particular, elementos respeitantes aos próprios conceitos de *pensamento* e *ação*². Mais especificamente, procura-se: (a) identificar alguns dos diferentes sentidos (ou acepções) desses conceitos, inclusive elucidando nuances básicas associadas aos respectivos sentidos; e também (b) identificar algumas confusões às vezes cometidas sobre esses conceitos, confusões que devem ser evitados na formulação de uma teoria das relações entre pensamentos e ações. Procedo destrinchando o que implicam e com o que contrastam os enunciados que os dois referidos conceitos formam, desse modo clarificando critérios subjacentes aos seus usos comuns, além de, a partir disso, equívocos em algumas teses concernentes a esses conceitos. Essas análises conceituais são

1 Alguns incluiriam pragmatistas clássicos aqui, em especial Dewey e Mead (que, sabidamente, influenciaram alguns autores comportamentais e enativistas). A esse respeito, cf. Gallagher (2017) e Määttänen (2015).

2 Repare-se que, apesar das diferenças entre esses conceitos (e do linguajar de *relações* aqui utilizado), o conceito de pensamento, em todas ou algumas de suas acepções, pode revelar-se passível de uma análise bastante plausível em termos daquele de ação. Este trabalho visa, dentre outras coisas, contribuir para se averiguar isso.

aqui desenvolvidas a partir de contribuições variadas relevantes, que mencionarei oportunamente.

O trabalho está estruturado em três seções. Na primeira, (i) apresenta-se uma análise do conceito de ação, salientando não apenas especificidades das ações (no sentido do termo relevante na questão sobre as relações entre pensamentos e ações), mas também várias características que elas têm em comum com outros comportamentos de seres vivos, tais como os reflexos. Na segunda seção, (ii) analisa-se o conceito de pensamento, ressaltando a diversidade de sentidos que ele possui e algumas de suas respectivas especificidades e interfaces. Na terceira, e última, seção, (iii) apontam-se alguns corolários críticos que se seguem de (i) e (ii), destacando certos equívocos conceituais que devem ser evitados na formulação de uma teoria das relações entre pensamentos e ações. As ações (na acepção relevante) são mais parecidas com comportamentos reflexos e afins do que alguns autores supõem; e o conceito de pensamento, ao contrário do que alguns pressupõem, não se refere a um fenômeno psicológico único.

Neste trabalho, o objetivo não é apresentar, ainda, uma teoria das relações entre pensamentos e ações. Antes, é estabelecer alguns elementos para balizar a delimitação de tal teoria, bem como para lhe dar suporte argumentativo. Ela pode beneficiar-se de uma cartografia conceitual (no sentido de RYLE, 1949) das noções em pauta, na medida em que, para se mostrar plausível, deve estar em harmonia com as nuances básicas a elas associadas, ainda que possa haver justificação para uma revisão parcial dessas nuances (cf., por exemplo, AUSTIN, 1957, BENNETT & HACKER, 2003, LAZZERI, 2013). Os elementos que procuro reunir aqui podem contribuir, também, para avaliarmos criticamente algumas das teorias existentes a respeito, como exemplificarei na seção 3. Evidentemente, tais elementos, tomados em conjunto, já articulam alguns aspectos da configuração de uma teoria sobre as relações entre pensamentos e ações, mas esses aspectos podem ser interpretados (ou modelados) de maneiras diferentes. Ou seja, não se faz aqui uma formulação de vários pormenores que tal teoria requer (reservando essa tarefa para um trabalho posterior).

Trata-se de um assunto cuja importância é latente, seja tendo-se em mente a vida cotidiana – pois estamos constantemente pensando e agindo –, seja tendo-se em vista os contextos de pesquisa científica que tenham como parte de seus objetos de estudo pensamentos e ações (como as ciências sociais e a psicologia, em suas diversas vertentes). Assim, é oportuno aqui uma menção de ordem epistemológica geral sobre o que se segue. As distinções conceituais feitas neste trabalho podem ser entendidas sob um registro

epistemológico bastante cauteloso. Não se tem pretensão de estabelecer verdades sobre a realidade em si, nem de se estabelecer qualquer dogma que seja sobre os conceitos em pauta. O que pretendo estabelecer são apenas distinções que possam se mostrar úteis no exame e na formulação de uma teoria sobre as relações entre os pensamentos e o agir, teoria essa que seja boa para a organização de nosso fluxo da experiência no tocante a essas relações.

1. Ação

O conceito de ação tem diferentes sentidos. Um desses sentidos é aquele em que atribuímos ações tipicamente a objetos inanimados; por exemplo, quando falamos da ação de uma tempestade sobre um local, ou da ação da radiação solar sobre a pele. Neste caso, o conceito de ação é usado para designar acontecimentos sob um ângulo de análise destituído de qualquer conotação teleológica, isto é, de qualquer atribuição de função, propósito ou finalidade (*telos*). Não dizemos que a tempestade ou a radiação solar tenha qualquer função que seja (por exemplo, que a radiação tenha a função de provocar uma queimadura). Trata-se do mesmo uso que fazemos ao falarmos de movimentos ou mudanças de um organismo com interesse em propriedades puramente físicas do acontecimento, e sem nenhuma conotação teleológica; por exemplo, ao falarmos da ação de um animal cair com tal e tal velocidade sob a atuação de terminada força.

Não é esse o sentido relevante do conceito em nossa questão aqui norteadora (sobre como os pensamentos se relacionam com as ações). O sentido relevante diz respeito a uma forma de comportamento não como simples mudança ou movimento, mas como mudança ou movimento dotado de função, propósito ou finalidade, realizado por seres humanos e outros organismos. Trata-se de comportamentos como os de alguém abrir uma porta para entrar em uma sala, ou pressionar determinadas teclas em um computador para exibir uma imagem em tela cheia. Em tais exemplos, a preposição ‘para’ já sinaliza a função respectiva (nomeadamente, no primeiro caso, acessar um recinto, e, no segundo caso, exibir uma imagem em tela cheia).

Pelo menos muitas das ações, nesse sentido teleológico do conceito, envolvem atribuição de pensamento ao(â) agente como um fator que, de alguma maneira, influencia a ocorrência delas, isto é, aumenta sua probabilidade. Deixo em aberto, aqui, se essa influência se dá ou não em termos de pensamento como causa interior ao corpo sobre as ações como

efeitos, tendo-se em conta que inclusive uma interpretação comportamental dessas relações é compatível com o reconhecimento de certa influência do pensar sobre o agir (a saber, em termos de elos ou cadeias comportamentais; cf., por exemplo, SKINNER, 1953, 1968). Seja como for que teorizemos sobre esse pormenor, é fato que, ao pensarmos, digamos, sobre quanto será preciso gastar em uma viagem, estamos preparando nosso comportamento relacionado ao montante de dinheiro que levaremos; ao pensarmos sobre os itens, de modo mais geral, a levar em uma viagem, preparamos a escolha dos itens; e assim por diante. Pelo menos assim conotam nossas práticas linguísticas sobre pensar e agir.

As ações, na acepção teleológica, contrastam com comportamentos inerentemente automatizados e rígidos (não flexíveis). Ou seja, contrastam com os reflexos, quer incondicionados (por exemplo, piscar o olho frente a pó ou estímulos aversivos semelhantes em contato com as vistas), quer condicionados (como o reflexo de salivação diante de estímulo sonoro da sineta, tornado famoso por PAVLOV, 1927); também com as ocorrências das chamadas taxias (como o movimento de uma bactéria em direção a uma fonte de nutrientes que se apresente); e com comportamentos afins, de base largamente filogenética³. Esses comportamentos possuem associações relativamente fortes com aspectos do ambiente, de tal modo que, dado a presença dos estímulos relevantes a que estão conectados, sua probabilidade de ocorrência é muito alta. Além disso, são bastante estereotipados e se dão, como se diz, de forma involuntária⁴. Diante de vento com pó em direção aos nossos olhos, piscamos automaticamente, com independência de nossa vontade, muito embora possamos vir a desenvolver uma habilidade de exercer algum grau limitado de controle sobre o comportamento (cf. ALAZZERI, 2013...; 2014).

As ações são comportamentos mais flexíveis, sobre os quais nossa capacidade de interferir tipicamente é maior. Por mais que, para exibir uma imagem em tela cheia no computador, haja um número limitado de opções que no-lo permitem (é possível fazê-lo apertando determinadas teclas ou clicando com o mouse em um comando correspondente), podemos realizar o

3 Para apresentações dos conceitos de reflexo e tacia, utilizados em ciências do comportamento, pode-se consultar, por (2006).

4 Não se trata aqui de uma distinção entre ações como comportamentos voluntários e reflexos e afins como comportamentos involuntários. Pois ações não são o mesmo que comportamento voluntário. Por exemplo, se alguém se alista apenas por obrigação, e sem nenhuma vontade, não o faz de modo voluntário e, no entanto, se trata de uma ação, evidentemente. Para análises do conceito de voluntariedade e involuntariedade, cf. Austin (1957) e Hacker (2000, p. 191ss).

comportamento de variadas maneiras; ou seja, com dedos diferentes, com auxílio de outros objetos, etc. Inclusive, é possível, pelo menos a princípio, decidirmos realizar essa ação em dado momento ao invés de outro, e mesmo termos razões para optar por não fazê-lo.

Não por acaso vários filósofos da ação (tais como ANSCOMBE, 1957, DAVIDSON, 1980, MELDEN, 1961), sabidamente, notaram uma conexão entre o conceito de ação (no presente sentido) com o conceito de *razão* (embora teorizando sobre isso de diferentes formas). As ações são comportamentos tipicamente tais que faz sentido perguntarmos pelas razões que alguém teve para realizá-las. Por exemplo, pode fazer sentido perguntarmos quais razões alguém teve para mostrar uma imagem do computador em tela cheia. Mas não parece fazer sentido perguntarmos quais as razões um(a) agente teve para aumentar o batimento cardíaco diante de um ruído, em se tratando de um reflexo (quer incondicionado, quer condicionado).

Correlatamente, as ações, ou pelo menos muitas daquelas de seres humanos (e também no caso de vários tipos de ações de alguns animais domesticados), são o tipo de coisa que, nos devidos contextos, podemos pedir que seja realizado. Por exemplo, podemos pedir a alguém para mostrar uma imagem de computador em tela cheia, ou para abrir uma porta, etc. Mas não faz sentido fazer-se um pedido a alguém para que realize um reflexo (cf. WITTGENSTEIN, 2008/1980, livro I, §§840-841, p. 181), exceto indiretamente; a saber, *por meio de uma ação* de aproximação ao estímulo que provoca o reflexo. Podemos convidar alguém a aumentar seu batimento cardíaco ouvindo determinado ruído intenso (de maneira, digamos, que a pessoa sinta como é passar pela experiência), mas, em geral, apenas por intermédio da ação de aproximar-se da fonte do ruído.

No entanto, esse contraste não se dá por comportamentos reflexos e afins não serem traços teleológicos (cf. autor, 2013, 2014, MILLIKAN, 1993). O reflexo de piscar o olho tem uma função de proteger o olho. A taxia da bactéria de mover-se em direção a uma fonte de nutrientes que se apresente em sua proximidade tem função relacionada à obtenção de nutrientes. Para que algo tenha uma função ou propósito, não é preciso que faça uma escolha deliberada ou esteja ciente daquilo que faz. Isso fica claro ao termos em conta os órgãos, células e tecidos corporais, aos quais, semelhantemente, atribuímos funções (inclusive em contextos científicos; cf., por exemplo, GARSON, 2016; REECE *et al.*, 2015), como a função ao fígado de filtrar toxinas, a função aos leucócitos de eliminar micro-organismos e imunizar o corpo, etc.

Como elucidada de modo notável Wright (1976), funções contrastam com acidentes. O coração bombeia sangue e faz ruídos, mas apenas bombear

sangue é uma função que lhe atribuímos. O nariz aquece o ar e também serve de apoio para os óculos, mas apenas seu papel na respiração é sua função. A peçonha do escorpião serve para proteger o animal de predadores e também é útil para fabricar remédios, mas apenas proteção contra predadores é uma função dela.

Isso se dá semelhantemente no caso dos comportamentos. Ao fazer uma caminhada no parque para manter-me saudável e, ao mesmo tempo, acontecer de projetar uma sombra no chão, apenas fazer a caminhada no parque e manter-me saudável é função dos movimentos no contexto. O reflexo de piscar o olho frente a vento com pó tem uma função de proteger o olho, mas pode acontecer de distrair o organismo e atrair a atenção de um predador, o que, evidentemente, não é sua função fazê-lo. Ou seja, as ações e, de modo mais geral, também os outros comportamentos dos seres vivos, contrastam com coisas que estes fazem de modo puramente acidental (cf. MILLIKAN, 1993), como, por exemplo, cair ou resvalar (nos casos em que não o fazem intencionalmente, como, por exemplo, quando alguém encena um resvalo em um filme); e com a produção pelo organismo de meros resultados acidentais, como atrair a presença de um inseto, ou acontecer de projetar uma sombra.

Além do marcante traço teleológico (que está relacionado a essas conotações distinguidas, como o contraste com acidentes), outra característica comum às ações e aos comportamentos reflexos e afins é seu caráter de *atividade*. Isto é, trata-se de coisas que organismos *realizam* ou executam, envolvendo um investimento de energia corporal para a sua ocorrência (cf. ALLEN & BEKOFF, 1997, DRETSKE, 1988, LAZZERI, 2013). Clicar em determinados botões do teclado do computador para exibir uma imagem em tela cheia é algo realizado pelo organismo, mas também piscar o olho frente a contato dele com pó (como estímulo incondicionado) o é. Nenhum dos casos se trata de algo que o organismo faça por simples força bruta do meio imediato, como é o caso do nosso movimento constante em torno do eixo do planeta Terra. Quando se trata de ações, isso é muito claro, mas deveria sê-lo também no caso das outras formas de comportamentos. Se o organismo não tivesse um aparato neurofisiológico que o tornasse propenso a piscar frente a vento com pó e, além disso, não realizasse absolutamente nenhum investimento de energia corporal, ele não piscaria frente a tal estímulo aversivo.

O fato de tanto as ações como outros comportamentos terem um caráter de atividade implica em um contraste com coisas que o organismo não realiza ou efetua, o que inclui crenças (ou suposições), emoções e humores (cf. LAZZERI, 2015; RYLE, 1949, WITTGENSTEIN, 1967). Estas últimas não são exatamente atividades do organismo (embora, arguivelmente, envolvam

conjuntos de atividades como componentes), posto que não são o tipo de coisa que ele se engaje em fazer. Crenças e receios, por exemplo, são coisas em que alguém se encontra ou que possui, de algum modo. Não faz sentido se falar em um(a) agente se engajar em ter uma crença de que vai chover ou se engajar em ter receio de que vá vir uma tempestade, salvo metafóricamente. É claro, alguém pode vir a ter tal crença ou receio por meio de atividades que realize; mas isso não significa que sejam propriamente atividades, pois não são coisas que alguém faça.

Outra similaridade entre as ações e outros comportamentos é tipicamente serem individuados em termos de fatores contextuais ou ambientais. Isto é, seu caráter e existência depende, pelo menos em muitos casos, da presença de fatores do contexto ou ambiente em que está o organismo. Por exemplo, o reflexo de piscar o olho dá-se apenas se ocorrer pó ou semelhante estímulo aversivo aos olhos. O reflexo de afastar um membro diante de superfície abrasante dá-se em dependência da presença de estímulos desse tipo afetando o corpo. De modo semelhante, a individuação das ações é tipicamente indissociável de referência a aspectos do contexto. A ação de tocar violão, por exemplo, existe apenas se houver um violão junto ao corpo. Movimentar o corpo querendo-se tocar um violão, mas sem a presença de um violão, não constitui uma ação de tocar o instrumento, mas apenas de imaginar estar a fazê-lo. Não há ação de beber um copo d'água se não houver presença de um copo com água.

Evidentemente, algumas ações falham em atingir seus propósitos, como o caso de uma ação malograda de um animal caçando. Mas mesmo elas costumam individuar-se em termos de itens ambientais. O comportamento de caça envolve aproximação em relação a prezas, ou a locais onde prezas às vezes andam. Se o organismo, ao invés de estar fazendo isso, estivesse, digamos, correndo face ao perigo oferecido por predador, sua ação não seria de caça, mas sim de fuga.

Por fim, ressaltando a proximidade entre ações e outros comportamentos, é interessante notar-se também que pelo menos muitas ações envolvem reflexos como componentes. Por exemplo, ações de exploração de informações visuais no ambiente – algo fazemos quase que de modo constante quando estamos acordados (trabalhando em geral, usando o computador, dirigindo, fazendo uma caminhada, etc.) – envolvem reflexos vestibulo-oculares, em que, ao movermos a cabeça para um lado, os olhos movem-se proporcionalmente em direção oposta.

Assim, as ações, na acepção subjacente à questão norteadora deste trabalho, possuem algumas características próprias. Mas há também várias

características em comum, bem como uma grande proximidade, entre elas e os reflexos e demais comportamentos de base fortemente filogenética. Na seção 3, retomarei a análise aqui desenvolvida para apontar, como corolários, algumas confusões que precisam ser evitadas na formulação de uma teoria das relações entre pensamentos e ações.

2. Pensamento

O conceito de pensamento, que, como vimos, amiúde tem conexões com ações, possui uma série de sentidos. Sem pretensão de identificar todos os sentidos dele, pode-se destacar os seis seguintes (alguns dos quais, mas não todos, distinguidos por BENNETT & HACKER, 2003, p. 175-178):

(1) Pensamento no sentido de *raciocinar para se solucionar uma questão ou definir uma decisão*. Por exemplo, quando raciocinamos sobre os itens que serão necessários para a realização de uma viagem, estamos tentando saber o que convém levar na viagem e, por essa mesma razão, pensando a respeito. Quando refletimos sobre a plausibilidade de um argumento, estamos tentando descobrir se ele é plausível e, assim, pensando a respeito. É comum os pensamentos, em tal acepção do termo, envolverem o exercício de habilidades; por exemplo, ao avaliar um argumento escrito fazendo anotações, exercitamos habilidades de leitura, escrita, identificação de premissas, dentre outras. Esta acepção do conceito, tal como o conceito de ação e o de comportamento de modo mais amplo (o que vimos na seção anterior), conota atividade, pois se refere a coisas que um(a) agente realiza (especificamente, com o fim de descobrir a resposta a uma questão ou decidir algo). Envolvendo o exercício de habilidades, aplicam-se a essas atividades adjetivos tais como ‘corretamente’ ou ‘erroneamente’, ‘de modo bem sucedido’ ou ‘de modo malogrado’, ‘de modo rigoroso’ ou ‘de modo desleixado’, ‘com prudência’ ou ‘de modo precipitado’, dentre outros (RYLE, 2009b/1953). Por exemplo, alguém que pensa sobre a plausibilidade de uma teoria o faz de modo prudente ou precipitado;

(2) Pensamento no sentido de ocupar-se com uma *lembrança de algo vivenciado*. Por exemplo, quando ficamos nos lembrando de uma música (como se ela estivesse tocando na cabeça), ou de algo que vivenciamos em uma viagem, *ipso facto* estamos pensando na música ou na experiência vivida, respectivamente. Esta acepção, como a anterior, também conota atividade, pois lembrar é algo que fazemos, muito embora às vezes a contragosto (como quando pensamos em uma música desagradável). Esta acepção difere da

anterior em não se tratar de algo que tenha necessariamente por finalidade solucionar uma dúvida ou formar uma decisão. Podemos, é claro, lembrar de algo para resolver um problema ou formar uma decisão; mas também podemos estar lembrando de algo apenas por haver observado um estímulo que suscita a lembrança disso (por exemplo, ao ver o retrato de alguém, lembrar de como era essa pessoa), ou ficar “ruminando” uma lembrança por, de algum modo, ser aprazível, sem que estejamos buscando encontrar resposta a uma questão ou formular uma decisão. Atribuem-se aos pensamentos nesta acepção predicados tais como ‘agradáveis’ ou ‘desagradáveis’, ‘alegres’ ou ‘tristes’, ‘nítidos’ ou ‘pouco nítidos’;

(3) Pensamento como sinônimo de *atividade de imaginar* algo. Por exemplo, quando pedimos a alguém para imaginar tal e tal objeto ou cenário, estamos pedindo-lhe para que pense nesse objeto ou cenário. Como as duas acepções anteriores, esta também conota atividade, mas é uma acepção distinta, posto que imaginar não é a mesma coisa que raciocinar para se descobrir uma resposta ou formar uma decisão. Podemos, é claro, imaginar algo de maneira a resolver um problema ou formar uma posição, mas apenas às vezes a imaginação tem esse propósito. Se imaginamo-nos visitando um determinado local, não necessariamente estamos raciocinando para saber a resposta a uma questão relativa a uma tal visita, ou para decidir algo a respeito. Pensamento nesta acepção tampouco é o mesmo que lembrar de algo vivenciado, pois podemos imaginar objetos ou situações que nunca tenhamos vivenciado (embora a imaginação será construída a partir de coisas vivenciadas), inclusive situações futuras. Pensar, neste sentido do termo, costuma receber adjetivos tais como ‘de modo criativo’ ou ‘de modo pouco criativo’, ‘de modo vivaz’ ou ‘sem vivacidade’ (por exemplo, alguém pode estar vivamente ou sem vivacidade imaginando uma situação);

(4) Pensamento como sinônimo de *crença* (frequentemente tida como uma “atitude proposicional”, na terminologia que se tornou comum a partir de RUSSELL, 1940), ou *fenômeno doxástico*, englobando com isso suposições e opiniões de diferentes graus. Isto é, trata-se de pensamento como achar que p , supor que p , ou ter a opinião de que p , em que ‘ p ’ simboliza uma proposição; por exemplo, achar (ou pensar) que um rio amanhã estará com mais volume d’água do que ontem. Inclui-se como pensamento neste sentido do termo também imaginar que p (por exemplo, imaginar que um rio amanhã estará com mais volume d’água do que ontem), mas imaginação, neste caso, como sinônimo de suposição, e não atividade de imaginar algo (acepção 3). Diferentemente das acepções (1)-(3) distinguidas acima, esta acepção do conceito de pensamento não tem o caráter de atividade, pois achar, supor ou

ter a opinião de que p não é algo que um agente faça. Como mencionei na seção anterior, não tem nenhum sentido se dizer que aquilo que uma pessoa está fazendo neste momento é achar que p . Porém, quem realiza um pensamento no sentido de (1), bem como em alguns casos dos sentidos (2) e (3), forma pensamento no sentido de crença; por exemplo, ao raciocinarmos sobre quais itens levar em uma viagem, formamos uma crença (isto é, cremos algo) sobre quais itens iremos levar nela; ao imaginarmos como será o dia de amanhã, formamos uma crença sobre como ele será. Pensamento, na acepção de crença, é algo verdadeiro ou falso, ou que vem a ser verdadeiro ou falso (nos casos em que diz respeito ao futuro). Além disso, aplicam-se-lhe predicados tais como ‘racional’ ou ‘irracional’, ‘coerente’ ou ‘incoerente’, ‘embasado’ ou ‘sem embasamento’;

(5) Pensamento no sentido de *prestar atenção ou concentrar-se* em uma tarefa, por contraste a quando realizamos uma tarefa de modo mecânico ou sem concentração. Por exemplo, quando alguém está ouvindo uma palestra atentamente, está com o pensamento (ou a concentração) nela; quando alguém está atento tocando um instrumento, está com o pensamento imerso nessa atividade. Note-se que isso não quer dizer que há uma atividade paralela (ou que acompanhe) à atividade de ouvir a palestra ou de tocar o instrumento: não se ouve a palestra e se presta atenção nela, antes ouvindo-se-a atentamente; não se toca o instrumento e se concentra nisso, antes tocando-se-o de modo atento. Quando a pessoa está com o pensamento imerso numa atividade, isso quer dizer justamente que não está distraída fazendo algo diferente (cf. BENNETT & HACKER, 2003, RYLE, 2009a/1951, 2009c/1967);

(6) Pensamento no sentido de *conteúdo objetivo (ou proposição) expresso por uma frase declarativa, ou por um conjunto de frases declarativas*. Por exemplo, o pensamento expresso pela frase “Há um gato no tapete” é de que há um gato, há um tapete e o gato está em cima do tapete. Claramente, esta acepção do conceito não conota uma atividade e tampouco um estado corporal, mas sim os objetos (ou *relata*) das crenças, que são possíveis fatos da realidade (por exemplo, crer que há um rio próximo tem por objeto o pensamento de que há um rio próximo). Outra especificidade desta acepção é ser expressa apenas na forma substantiva, ao contrário das acepções (1)-(5), que se expressam também em forma verbal (por exemplo, na acepção 1, podemos falar de um alguém ter tido um pensamento diligente ou, de modo alternativo, ter pensado diligentemente; na acepção 2, podemos falar de estarmos tendo um pensamento aprazível ou, alternativamente, de estarmos pensando algo aprazível; e assim por diante).

Assim, o conceito de pensamento é sobremaneira rico em sentidos. Diante disso, ao nos ocuparmos da questão sobre as relações entre pensamentos e ações, é preciso especificar qual(ais) sentido(s) temos em vista, bem como ter em conta as especificidades dos vários sentidos, para não cometer erros de categoria, no sentido de Ryle (1949); isto é, para não usar o conceito extrapolando características básicas a ele associadas.

Além disso, como apontam Ryle (2009a/1951, 2009b/1953) e Wittgenstein (2008/1980) (cf. também BENNETT & HACKER, 2003, PEFEROEN, 1989), a análise do conceito de pensamento sugere que ele não designa apenas um tipo de fenômeno psicológico, apesar de alguns de seus sentidos possuírem interfaces. Nas palavras de Wittgenstein (2008/1980): “Não se pode chamar o pensar de um fenômeno. Por outro lado, pode-se falar de ‘fenômenos do pensar’, e todo mundo vai saber que tipo de fenômenos estão sendo visados ali” (livro II, §31, p. 267); e “‘Pensar’, [é] um conceito amplamente ramificado. Um conceito que compreende muitas manifestações de vida. Os fenômenos do pensar estão muito distantes uns dos outros” (livro II, §220, p. 307).

É claro, alguns dos sentidos do conceito possuem proximidades semânticas significativas, a ponto de às vezes se sobreporem. Por exemplo, vimos que os sentidos (1)-(3) conotam atividades e que, às vezes, pensar no sentido de (2) [lembrar de algo vivenciado] e (3) [atividade de imaginar] podem ser entendidos como casos de (1) [raciocinar para descobrir a resposta a uma questão ou formar uma decisão]. Mas, como também vimos, essa subsunção de (2) e (3) a (1) dá-se apenas às vezes. Nem sempre pensar no sentido de lembrar de algo vivenciado ou de estar imaginando algo são atividades de resolução de problema ou tomada de decisão. Podemos tentar resolver uma equação matemática com ou sem rigor, mas lembrar de uma pessoa não é algo que nos engajemos em fazer com ou sem rigor. Há sentidos do conceito que sequer conotam atividades, como é o caso de (4) [pensamento como crença] e (6) [pensamento como proposição]. O sentido (5) [pensamento como atenção ou concentração] inclusive contrasta com o engajamento em atividades conotadas pelo sentido (1) do conceito. Nessa medida, pensamento pode ser considerado um conceito de “semelhança de família” (WITTGENSTEIN, 1953), em que seus diferentes sentidos possuem certas interfaces, mas sem um denominador comum subjacente a todos eles – pelo menos não a ponto de que se tratasse, em todos os casos, de referências a manifestações de um mesmo tipo de fenômeno. Na seção seguinte, apontarei alguns corolários críticos derivados desta análise.

3. Conclusões e corolários

Para concluir, apresentarei um sumário dos pontos gerais que procurei elucidar neste artigo, bem como quatro corolários (dentre outros que poderiam ser extraídos). Os dois primeiros corolários são sobre o conceito de ação, e os outros dois sobre o conceito de pensamento. Nesses corolários, identifico certos equívocos que às vezes alguns autores comentem sobre esses conceitos. Tais equívocos precisam ser evitados em uma teoria das relações entre pensamentos e ações para que seja conceitualmente adequada.

É verdade que as ações, no sentido relevante do termo na pergunta sobre as relações entre pensamentos e ações, possuem especificidades em relação a reflexos, taxias e comportamentos afins de base fortemente filogenética. Por exemplo, as ações são em geral mais flexíveis do que os outros comportamentos. Nossa capacidade de interferir sobre nossas próprias ações é tipicamente maior do que sobre esses outros tipos de comportamentos. Além disso, pode fazer sentido perguntarmos quais razões um agente teve para realizar uma ação, ao passo que não há sentido em se perguntar por razões que tenha tido para realizar um reflexo.

Porém, as ações possuem várias características importantes em comum com comportamentos reflexos e afins. Por exemplo, não só ações, mas também esses outros comportamentos, são atividades, as quais envolvem algum gasto de energia do organismo. Além disso, essas atividades são dotadas de funções, propósitos ou finalidades e, como tais, contrastam com acidentes.

O primeiro corolário que gostaria de destacar é que se *trata de um equívoco a suposição de alguns autores de que é específico das ações serem mais do que mudanças ou movimentos corporais e envolverem propósitos ou finalidades*. Em outras palavras, é incorreto dizer-se que comportamentos que não são ações sejam simples movimentos ou mudanças, destituídos de propriedades teleológicas (cf. LAZZERI, 2013, 2014). Para Mele e Moser (1994), por exemplo, comportamentos que não sejam ações são mero “bruto deslocamento corporal não dissimilar ao movimento da areia varrida pelo vento” (p. 39). Vimos que, na verdade, as ações têm mais semelhanças e proximidades com os comportamentos reflexos e afins do que sugere essa suposição. Movimento de areia provocado pelo vento não tem função e tampouco é uma atividade, diferentemente de reflexos e afins.

O segundo corolário que destaco é que se *trata de um equívoco, igualmente, conceitualizar-se as ações sem referência a fatores contextuais ou ambientais*. Como vimos, não só os comportamentos reflexos e afins individualizam-se em parte em termos desses fatores, mas também pelo menos muitas ações.

Portanto, é um equívoco conceitualizar-se as ações como movimentos ou mudanças corporais causados por pensamentos, intenções ou afins, pelo menos sem se especificar relações dos movimentos ou mudanças com elementos do meio, no que incorrem algumas formas de “teoria causal da ação” (por exemplo, GOLDMAN, 1970), algumas abordagens centradas no interior do corpo em filosofia da mente (como em LEWIS, 1983). Não há uma ação de tocar violão em um dado momento sem presença de um violão acoplado ao corpo nesse momento, assim como não há uma ação de fazer uma trilha sem haver uma trilha na qual se caminhe, e assim por diante – o que mostra que a individuação dessas ações é indissociável da referência a relações com elementos ambientais.

O conceito de pensamento possui uma ampla gama de sentidos, dentre os quais os seis seguintes: (1) pensamento como raciocínio para se tentar solucionar uma questão ou definir uma decisão; (2) como lembrança de algo vivenciado; (3) como atividade de imaginar; (4) como crença ou suposição; (5) como atenção ou concentração em uma atividade; e (6) como conteúdo objetivo (ou proposição) expresso por uma frase declarativa. Esses sentidos do conceito conotam acontecimentos bastante díspares, embora com algumas semelhanças. Assim, como salientado por Ryle (2009a/1951, 2009b/1953), Wittgenstein (2008/1980), o conceito de pensamento não designa um fenômeno único, mas sim vários fenômenos.

O terceiro corolário que destaco é o de que *é um equívoco entender ou pressupor que a pluralidade de sentidos do conceito de pensamento se refira a um mesmo tipo de fenômeno*. À título de ilustração, Skinner (1976/1974) afirma que “pensar é comportar-se” (p. 115), nisso incorrendo (considerando-se que, embora nem todo comportamento seja ação, toda ação é um tipo de comportamento) numa generalização que devemos evitar, ou, no mínimo, entender *cum grano salis*. (Aponto isso apesar de considerar que Skinner tenha contribuições particularmente ricas sobre as ações e pensamentos em várias acepções.) A afirmação de Skinner pode, a princípio, valer para vários sentidos do conceito de pensamento – nomeadamente, aqueles sentidos que conotam atividades (cf. LAZZERI, 2017; RAMOS & LAZZERI, 2021) –, mas não para todos eles⁵.

Bakunin (2011/1871) afirma que “é impossível pensar sem palavras” e que “Pensar é (...) falar mentalmente consigo mesmo” (p. 31), usando o conceito de modo irrestrito. Porém, nem toda lembrança de algo vivido ou atenção envolve constitutivamente linguagem ou fala, e ainda menos fala

5 Em um livro anterior, Skinner (1968) havia tido mais cuidado no trato deste conceito, explicitamente sugerindo que nem todo pensamento é exatamente comportamento.

consigo mesmo. Sequer raciocínio em solução de problemas requer fala subvocal consigo mesmo (cabe essa observação por mais que concordemos em alguns pontos com esse autor em certos outros assuntos). Como coloca Ryle em relação a Platão, que sugere algo semelhante (cf. *Sofista*, 263e-264a, p. 197-198), “Quando Platão diz que ao pensar a alma está debatendo consigo mesma, ele está generalizando excessivamente, não apenas [do caso] da reflexão, mas de um ou dois ramos muito especiais da reflexão” (RYLE, 2009c/1967, p. 485).

Por fim, como quarto corolário, *é preciso evitarmos equívocos sobre sentidos específicos do conceito de pensamento*. Por exemplo, Hammonds (2010) incorre no erro de categoria de tomar crenças como ações, comparando crenças com ações particulares, a exemplo de quando afirma que “pressionar uma alavanca não é evidência de uma crença; pressionar uma alavanca é uma crença” (p. 51). Hammonds (2010) chega a traduzir a análise padrão do conhecimento, segundo a qual conhecimento é crença verdadeira justificada, por “comportamentos verdadeiros justificados”. Não quero dizer com isso que crenças não sejam compostas por ações. Antes, quero dizer que não podem ser tomadas como ações, como se pensar que *p* (por exemplo, pensar que vai chover) fosse comparável a fazer que *p* aconteça ou seja o caso.

Evidentemente, não se segue dessas conclusões e corolários, de forma alguma, que não devamos formular uma teoria das relações entre pensamentos e ações. O que se sugeri aqui é que estejamos conscientes da gama de sentidos dos conceitos em pauta e que teorizemos sobre pensamentos, ações e suas relações levando em conta as nuances básicas que lhes são características, sobre as quais a análise conceitual contribui para lançar luz.⁶

Referências

- ALLEN, C.; BEKOFF, M. *Species of mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.
ANSCOMBE, G. E. M. *Intention*. Oxford: Blackwell, 1957.
ARMSTRONG, D. M. *A materialist theory of the mind*. London: Routledge, 1968.

⁶ Versões deste trabalho foram apresentadas no XVIII Encontro Nacional da ANPOF (Vitória-ES, 2018), junto ao GT de Filosofia da Mente, e no XXVIII Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental (Goiania-GO, 2019), além de em duas disciplinas que ministrei (FAFIL-UFG e PPGFIL-UFG). Sou grato pelo retorno a respeito que obtive de várias pessoas nessas ocasiões.

- AUSTIN, J. L. "A plea for excuses". In: *Proceedings of the Aristotelian Society*, 57, p. 1-30, 1957. [<https://academic.oup.com/aristotelian/article/57/1/1/1798813>]
- BAKUNIN, M. A. "O princípio do Estado". In: *O princípio do Estado e outros ensaios* (p. 25-58) [Trad. de P. A. Coêlho]. São Paulo: Hedra.
- BAUM, W. M. *Understanding behaviorism: Behavior, culture, and evolution* (2nd ed.). Malden, MA: Blackwell, 2005.
- BENNETT, M. R.; HACKER, P. M. *Philosophical foundations of neuroscience*. Oxford: Blackwell, 2003.
- DAVIDSON, D. *Essays on actions and events*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- DRETSKE, F. *Explaining behavior: Reasons in a world of causes*. Cambridge, MA: MIT Press, 1988.
- FODOR, J. A. *Psychological explanation: An introduction to the philosophy of psychology*. New York: Random House, 1968.
- _____. *The language of thought*. New York: Crowell, 1975.
- GALLAGHER, S. *Enactivist interventions: Rethinking the mind*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- GARDNER, H. *A nova ciência da mente* (Trad. de C. M. Caon). São Paulo: Edusp, 2003/1987.
- GARSON, J. *A critical overview of biological functions*. Dordrecht: Springer, 2016.
- GOLDMAN, A. I. *A theory of human action*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1970.
- HACKER, P. M. S. *Wittgenstein: Mind and will, part I (essays)*. Oxford: Blackwell, 2000.
- HAMMONDS, F. "Is justified true behavior knowledge?". In: *Behavior and Philosophy* 38, p. 49-59, 2010. [<https://www.jstor.org/stable/41806288>]
- KANTOR, J. R.; SMITH, N. W. *The science of psychology: An interbehavioral survey*. Chicago, IL: Principia Press, 1975.
- LAZZERI, F. "Um estudo sobre definições de comportamento". In: *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* 9, 47-65, 2013. [<http://doi.org/10.18542/rebac.v9i1.2131>]
- _____. "On defining behavior: Some notes". *Behavior and Philosophy* 41, p. 65-82, 2014. [<https://www.behavior.org/resources/866.pdf>]
- _____. "Dynamic interactions with the environment make up our psychological phenomena: A review of Noë's *Out of our heads*". *The Psychological Record* 65, p. 215-222, 2015.
- _____. "The place of ordinary psychological categories in behavior analysis". In: *Journal of Mind and Behavior* 38, p. 167-192, 2017.

- LEWIS, D. K. *Philosophical papers: Volume 2*. Oxford: Oxford University Press, 1983.
- MÄÄTTÄNEN, P. *Mind in action: Experience and embodied cognition in pragmatism*. Cham: Springer, 2015.
- MAZUR, J. E. (2006). *Learning and behavior* (6th ed.). Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.
- MELE, A. R.; MOSER, P. K. "Intentional action". In: *Noûs* 28, p. 39-68, 1994. [<https://www.jstor.org/stable/2215919>]
- MELDEN, A. I. *Free action*. London: Routledge, 1961.
- MILLIKAN, R. G. *White queen psychology and other essays for Alice*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.
- NEWELL, A.; SIMON, H. A. "Computer simulation of human thinking". *Science* 134, p. 2011-2017, 1961. [<http://science.sciencemag.org/content/134/3495/2011>]
- PAVLOV, I. P. *Conditioned reflexes: An investigation of the physiological activity of the cerebral cortex* (G. V. Anrep, Trans.). Oxford: Oxford University Press, 1927.
- PEFEROEN, L. "The heterogeneity of thinking". *Review of Metaphysics* 42, p. 717-742, 1989. [<https://www.jstor.org/stable/20128798>]
- PLATÃO. *Sofista* (p. 135-203) [Trad. de J. Paleikat & J. C. Costa]. In: *Diálogos (O banquete – Fédon – Sofista – Político)* [Col. Os Pensadores]. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- PUTNAM, H. *Mind, language, and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- RACHLIN, H. *The escape of the mind*. New York: Oxford University Press, 2014.
- RAMOS, W. C.; LAZZERI, F. "A tradicional dicotomia pensamento-ação em D. Davidson: Um contraponto comportamental". In: *Acta Comportamentalia* 29, 2021.
- REECE, J. B.; URRY, L.A.; CAIN, M.L.; WASSERMANN, S. A.; MINORSKY, P. V.; JACKSON, R. B. *Biologia de Campbell* (10^a ed.). Porto Alegre: Artmed, 2015.
- RUSSELL, B. *An inquiry into meaning and truth*. London: Allen and Unwin, 1940.
- RYLE, G. *The concept of mind*. London: Hutchinson, 1949.
- _____. "Thinking and language". In: *Collected papers: Volume 2* (pp. 269-283). London: Routledge, 2009a/1951.
- _____. "Thinking". In *Collected papers: Volume 2* (pp. 307-313). London: Routledge, 2009b/1953.
- _____. "Thinking and reflecting". In: *Collected papers: Volume 2* (pp. 479-493). London: Routledge, 2009c/1967.
- SHAPIRO, L. *Embodied cognition*. New York: Routledge, 2011.

- SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. New York: Macmillan, 1953.
- _____. *The technology of teaching*. New York: Meredith, 1968.
- _____. *About behaviorism*. New York: Vintage Books, 1976/1974.
- THAGARD, P. *Mind: An introduction to cognitive science*. Cambridge, MA: MIT Press, 1996.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations* (G. E. Anscombe, Trans.). Oxford: Blackwell, 1953.
- _____. *Zettel* (G. E. Anscombe, Trans.). Oxford: Blackwell, 1967.
- _____. *Observações sobre a filosofia da psicologia* (R. H. P. Machado, Trad.). Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008/1980.
- WRIGHT, L. *Teleological explanations: An etiological analysis of goals and functions*. Berkeley, CA: University of California Press, 1976.

Email: filipelazzeri@ufg.br

Recebido: 03/2019

Aprovado: 02/2021